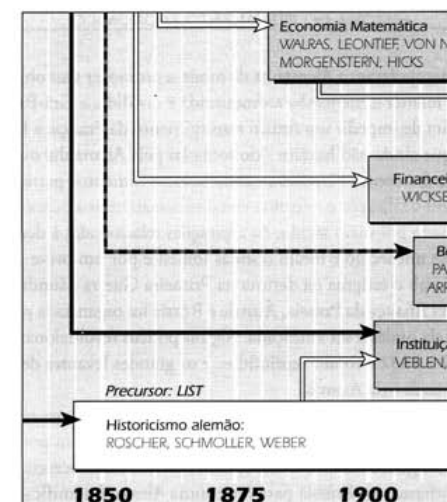


História do Pensamento Econômico



Stanley L. Brue



CAPÍTULO 11

A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ

Neste capítulo, tratamos da escola histórica alemã, que surgiu na década de 1840 com as publicações de Friedrich List e Wilhelm Roscher e terminou em 1917 com a morte de Gustav Schmoller¹. Nessa época, os economistas em geral haviam absorvido algumas das idéias da escola, e esta não mais existia como uma entidade distinta. Assim como os socialistas, os economistas históricos alemães eram normalmente alvo de crítica dos economistas clássicos. Seguindo uma visão geral da escola, desenvolvemos as idéias de seus principais pensadores: List, Roscher, Schmoller e Weber.

VISÃO GERAL DA ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ

O cenário histórico da escola

O tratado de paz que se seguiu às guerras napoleônicas deixou a Alemanha dividida em 39 estados separados, a maioria deles monárquica, quase todos antidemocráticos. As grandes potências

1. Este capítulo teve a significativa colaboração das teses de doutorado não publicadas de Jack C. Myles na Universidade de Princeton, German historicism and American economics, 1956.

européias vitoriosas manipularam a Alemanha de modo a promover seus objetivos mais profundos. A Áustria queria manter a Alemanha enfraquecida e dividida; a Grã-Bretanha desejava ver uma Prússia forte, a fim de impedir um futuro ressurgimento da França; a Rússia queria para si as partes da Polônia que ainda não haviam sido tomadas pela Alemanha ou pela Áustria.

A luta da Alemanha contra Napoleão ressuscitara sentimentos patriotas e nacionalistas. Muitos alemães exigiam unificação e reformas constitucionais, mas a busca pela unidade nacional permaneceu frustrada por meio século. As aspirações relacionadas à democracia não foram cumpridas por mais de um século e foram obtidas somente por um breve período sob as mais adversas condições — sob o estigma da derrota na Primeira Guerra Mundial.

Em 1815, a Santa Aliança da Prússia, Áustria e Rússia foi organizada para defender a revolução, onde quer que ela pudesse ser ameaçada. Alguns poucos revolucionários rebelaram-se na Alemanha entre 1830 e 1832 e foram reprimidos, e os grandes levantes de 1848 foram contidos pelas tropas da Prússia e da Áustria.

A Prússia, o maior, mais rico, mais militarizado e mais poderoso estado da Alemanha, dominou o território. Países europeus cortejavam a Prússia como um poderoso aliado. Conservadores locais e estrangeiros viam nela um baluarte contra a democracia e o socialismo. Nacionalistas nativos confiavam na Prússia para forjar uma Alemanha unificada. A Prússia dominou o governo alemão e armou sua defesa. Uma série de guerras bem-sucedidas fortaleceu ainda mais o nacionalismo na hegemonia prussiana. Uma legislação social moderna, representada por Bismarck, expressava o paternalismo da monarquia e despertava a lealdade e o patriotismo entre os trabalhadores alemães. Bismarck orgulhava-se pelo fato de que, na Alemanha, os reis faziam as revoluções.

Como certas instituições econômicas importantes da Alemanha do século XIX diferenciavam-se substancialmente das instituições britânicas, não é de surpreender que uma ideologia econômica diferente tenha surgido. As leis mercantilistas persistiram na Alemanha pelo menos até a formação do império, em 1871, muito tempo depois de terem desaparecido do cenário britânico. A concorrência e a liberdade comercial, admitidas pelos clássicos em suas análises econômicas, ficaram rigorosamente limitadas na Alemanha. Devido à grande burocracia que controlava e regulava as principais fases da vida econômica alemã, a ciência da administração pública desenvolveu-se consideravelmente. As teorias britânicas tornaram-se, obviamente, inaplicáveis à situação da Alemanha. A escola histórica defendia e organizava o estilo de vida alemão, questionando a importância histórica das doutrinas clássicas econômicas da Grã-Bretanha.

A Alemanha que deu origem à escola histórica ficou dividida, fraca e basicamente agrícola. O nacionalismo, o patriotismo, o militarismo, o paternalismo, a devoção às obrigações e ao trabalho pesado e a intervenção em massa do governo, tudo combinou para alterar o padrão e promover o crescimento industrial. Como a Alemanha da metade do século XIX encontrava-se numa posição muito inferior à da Inglaterra no desenvolvimento da indústria, seus economistas argumentavam que era necessária a ajuda do governo para sua superação.

Principais dogmas da escola histórica

Quatro princípios foram primordiais no pensamento dos economistas históricos alemães.

- Abordagem desenvolvimentista para a economia. A escola histórica aplicou uma perspectiva desenvolvimentista dinâmica em seu estudo sobre a sociedade. Ela se concentrou no desen-

volvimento e no crescimento cumulativos. Certa analogia foi feita com o evolucionismo de Darwin na biologia: o organismo social nasce, desenvolve-se e cresce e, finalmente, enfraquece e morre. A sociedade está em constante mudança. Portanto, o que é uma doutrina econômica relevante para um país em determinado período pode ser irrelevante para outro país ou em outra época. Essa abordagem relativista foi particularmente útil para se atacar a economia clássica como inadequada para a Alemanha.

- Ênfase no papel positivo do governo. A escola histórica era nacionalista, enquanto a economia clássica era individualista e cosmopolita. Se o organismo social é o centro do estudo, se é a força para o movimento dinâmico, a sociedade e o Estado, e não o indivíduo, ocupam o centro do palco. Na Alemanha, era o Estado quem alimentava a indústria, o transporte e o crescimento econômico. No processo de defesa de uma economia unificada, foi fácil desenvolver uma glorificação nacionalista do Estado. A escola histórica ressaltou a necessidade da intervenção do Estado em assuntos econômicos e enfatizou que a comunidade possui interesses próprios, bem distintos dos interesses individuais.
- Abordagem indutiva/histórica. Os economistas da escola histórica enfatizaram a importância de se estudar historicamente a economia como parte de um conjunto integrado. Como o fenômeno econômico e outros fenômenos sociais são interdependentes, a economia política não pode ser tratada de forma adequada se não estiver combinada com outros ramos da ciência social. A escola histórica criticava as qualidades abstratas, dedutivas, estáticas, irreais e não históricas da metodologia clássica e marginalista. Esta escola empreendeu consideráveis estudos indutivos, utilizando material de fontes primárias e estudando as instituições sociais em mudança. A escola reivindicava que seu método histórico permitia-lhe estudar *todas* as forças de um fenômeno econômico, *todas* as facetas do comportamento econômico e não meramente sua lógica econômica. Alguns dos economistas históricos opunham-se a quase todas as formas de teorias. Eles negavam que pudesse haver leis econômicas válidas, com uma exceção: acreditavam que padrões de desenvolvimento são perceptíveis na história e podem ser generalizados como “leis de desenvolvimento”.
- Defesa da reforma conservadora. A economia política, diziam os economistas históricos, não deve apenas analisar os motivos que incitam a atividade econômica, mas deve pesar e comparar o mérito moral dessas ações e suas conseqüências. Deve determinar um padrão para a produção adequada e a distribuição de riqueza, a fim de que as exigências de justiça e moral sejam satisfeitas. Os economistas históricos achavam que o estado alemão deveria se encarregar do processo de melhoria das condições do “homem comum”. Isso fortaleceria a lealdade para com o Estado, enquanto protegia a saúde, o bem-estar e a eficiência dos operários de fábrica. Eles esperavam que as reformas também afastassem a classe trabalhadora da ideologia socialista. Defensores de mudanças sociais moderadas foram chamados de “socialistas de cadeira”, uma referência às posições acadêmicas que possuíam.

A quem a escola histórica beneficiou ou procurou beneficiar?

Primeiro, os membros da escola histórica alemã beneficiaram a si próprios. Eles desfrutavam de relações íntimas e amigáveis com oficiais do governo e atingiram cargos significativos na vida

acadêmica. De fato, o governo alemão controlava a maioria das universidades, e Schmoller, conhecido como o “fabricante de professores”, dominava a maioria das reuniões acadêmicas na Alemanha por meio de sua influência no Ministério da Educação da Prússia. Seus estudantes e seguidores eram colocados em cargos acadêmicos, enquanto os adeptos alemães da escola marginalista da Áustria eram excluídos das posições universitárias. A escola histórica também beneficiou o governo imperial da Alemanha, defendendo seu papel em um estado nacionalista.

Segundo, os economistas históricos serviram a grupos comerciais, financeiros e de donos de terras proeminentes promovendo reformas moderadas que frustraram o esforço para uma democratização mais radical da sociedade. Em vez de lutarem pobre e modestamente e vencerem suas próprias batalhas por melhorias, eles receberam concessões do governo paternalista. Como resultado, a servidão, o nacionalismo e a lealdade ao regime foram mais difundidos na Alemanha do que em qualquer outro lugar.

Como a escola histórica foi válida, útil ou correta em sua época?

A abordagem desenvolvimentista da sociedade e do pensamento econômico proporcionou um antídoto útil contra o pensamento abstrato das escolas clássica e marginalista. Quem mais poderia tentar explicar a adesão da Grã-Bretanha ao *laissez-faire* no século XIX e seu considerável afastamento no século XX? E a escola histórica foi correta ao prever que os economistas precisavam familiarizar-se com as mudanças históricas e ambientais, com a evolução econômica e social, a fim de entender o mundo moderno. Para essa tarefa, foram necessários estudos indutivos efetivos. Novas teorias e novas idéias tiveram de ser elaboradas para entender novas situações, e essas novas teorias e idéias exigiram provas cuidadosas durante o uso de dados empíricos.

Quais dogmas da escola histórica tornaram-se contribuições duradouras?

A tarefa da escola histórica alemã concluiu-se quando economistas de diferentes crenças concordaram que eram necessários estudos empíricos históricos para explicar o presente, testar antigas teorias e desenvolver outras novas. Hoje, o método indutivo histórico tornou-se amplamente aceito como complemento ao método dedutivo abstrato: períodos de mudança e controvérsias metodológicas forçaram ambos a uma união desconfortável, mas toleravelmente tranqüila. Por exemplo, as análises econométricas contemporâneas normalmente incorporam tanto a teoria abstrata quanto as provas empíricas. Os dados relacionados à maioria das provas empíricas são históricos e não resultados diretos de experimentos. No entanto, hoje os economistas geralmente pesquisam a maioria dos dados históricos *recentes* disponíveis para testar suas teorias, em vez de escrutinar dados coletados de um passado distante. Isso porque, se a sociedade está em constante mudança e se novas situações requerem novas análises, as experiências do passado possuem apenas uma limitada relevância. John Neville Keynes (pai de John Maynard Keynes) apontou esse fato no início de 1890:

Mais importante ainda é observar que, exatamente devido à evolução dos sistemas industriais e ao caráter inconstante das condições econômicas em que a escola histórica da economia tanto insiste, o estudo do passado proporciona a solução menos útil para os problemas dos dias de hoje. Para muitos desses problemas, noutra solução é apresentada pela história econômica

que se relaciona a um período anterior ao século XIX. De que forma as generalizações baseadas em um conjunto de circunstâncias podem, de fato, ser aplicadas com segurança a um outro conjunto de circunstâncias? Os problemas que exigem uma solução podem ser novos em suas características, mas também podem surgir novas classes industriais. Com quais classes do século XIV, por exemplo, iremos comparar o empregado de fábrica moderno e o capitalista moderno? Portanto, devido apenas ao fato de que as instituições, os hábitos e as condições mudam, um outro método de investigação diferente do histórico deve ser essencial para muitos aspectos do nosso trabalho econômico. A economia política nunca poderá se tornar uma ciência especificamente histórica².

Outra contribuição duradoura da escola foi seu ataque ao *laissez-faire*. Esse tema foi a tendência do futuro. Os membros da escola histórica reconheceram que a iniciativa comercial livre sem limitações não produz necessariamente os melhores resultados possíveis para toda a sociedade. E eles estavam certos em sua crença de que a reforma pode substituir os piores levantes erguidos pelas marcantes diferenças entre as classes.

Último raciocínio: o nacionalismo alemão defendido pelos economistas históricos falhou ao tentar fazer mais do que o possível, ao se envolver em um militarismo frenético. Durante o período que terminou em 1914, havia uma esperança cada vez maior de que o mundo pudesse alcançar paz, cooperação internacional e harmonia universal. Os economistas históricos alemães fizeram soar uma nota de nacionalismo que tornou estridentes esses sentimentos internacionalistas de benevolência. Suas idéias, talvez involuntariamente, contribuíram para o clima na Alemanha que levou às duas grandes guerras mundiais. Com relação a esse assunto, algumas das idéias apresentadas pelos economistas históricos foram prejudiciais ao progresso da sociedade.

FRIEDRICH LIST

Vida e época

Friedrich List (1789–1846), o precursor da escola histórica, não tinha inclinação nem para o estudo formal na escola nem para a ocupação de curtidor, como seu pai. Ele se tornou um funcionário do governo e, por volta de 1816, já tinha sido promovido ao posto de vice-secretário ministerial. Um ano depois, aceitou uma cadeira de administração e política na Universidade de Tübingen, mas suas visões políticas dissidentes provocaram sua demissão em 1819. Então, ele se tornou ativo na promoção de uma união política e comercial forte dos estados alemães. Em 1819, List apresentou uma petição para um sindicato dos aduaneiros à Assembléia Federal como representante de uma associação de comerciantes e fabricantes organizada por ele.

Trinta e oito barreiras alfandegárias enfraquecem o comércio doméstico e têm os mesmos efeitos que ataduras, que evitam a livre circulação do sangue. O comércio mercante entre Hamburgo e Áustria ou Berlim e Suíça deve atravessar dez estados, tomar conhecimento de dez tarifas alfandegárias, pagar dez direitos aduaneiros sucessivos. Qualquer pessoa que more na fronteira entre três ou quatro estados perde o dia entre coletores de impostos e oficiais alfandegários hostis; é um homem sem pátria³.

2. John Neville Keynes. *The scope and method of political economy*. 4. ed. Londres: Macmillan, 1917. p. 327.

3. Friedrich List, conforme citação em Margaret E. Hirst, *Life of Friedrich List and selections from his writings*. Londres: Smith, Elder, 1909. p. 139.

Eleito para governar seu estado em 1820, List defendeu outras reformas administrativas e financeiras consideradas muito radicais para sua época. Ele concedeu benefícios abolindo pedágios nas estradas, dízmios, propriedade estatal das indústrias, impostos das propriedades feudais e limitações sobre uso produtivo da terra e impostos sobre consumo. Defendeu o julgamento por júri, a redução no número de funcionários públicos civis e um único imposto direto para cobrir as despesas do governo. O governo considerou a expressão dessas idéias como traição e condenou List a passar oito meses na prisão, após os quais foi deportado. De 1825 a 1832, ele viveu nos Estados Unidos, onde se tornou fazendeiro, jornalista e promotor de vendas, ganhando e perdendo fortunas em minas de carvão. Suas idéias protecionistas ganharam muito mais popularidade nos Estados Unidos do que na Alemanha.

Após sua volta à Alemanha, List tornou-se um ferrenho defensor de uma rede ferroviária alemã. As linhas da estrada de ferro, construídas mais tarde na Alemanha, serviram para testemunhar o que ele havia escrito em um panfleto publicado em 1833. Seus esforços para criar um sindicato alfandegário alemão foram compensados com o estabelecimento do *Zollverein*, em 1834. Os planos que ele apresentou para um sistema postal alemão e uma lei de patentes nacional foram concretizados mais de 20 anos após sua morte. Doenças, dificuldades financeiras e desespero diante da demora para a unificação da Alemanha tornaram seus dias melancólicos e, em 1846, ele se suicidou.

Pensamentos sobre desenvolvimento econômico

Na introdução de sua obra mais famosa, *National system of political economy*, List referia-se a si próprio na terceira pessoa:

O autor começará, uma vez que a teoria não começa, questionando a História e deduzindo dela seus princípios fundamentais (...) Para obter maior clareza, oferecemos aqui uma visão superficial dos principais resultados de suas pesquisas e meditações: a associação de indivíduos para a obtenção de objetivo comum é a maneira mais eficiente de garantir a felicidade dos indivíduos. Sozinho e separado de seus companheiros, o homem fica fragilizado e desamparado. Quanto maior o número de pessoas unidas, mais perfeita é a associação, e maior e mais perfeito o resultado, que é o bem-estar moral e material de indivíduos. A maior associação de indivíduos hoje é a do Estado, da nação; a mais imaginável é a de toda a raça humana (...)

Uma nação pode, por meio da guerra, ser privada de sua independência, sua riqueza, sua liberdade, sua constituição, suas leis, seus próprios recursos, do grau de bem-estar cultural e nacional que ela pode ter atingido; pode ser totalmente escravizada. As nações são, portanto, vítimas umas das outras, e a política egoísta está permanentemente perturbando e retardando o desenvolvimento econômico das nações. Para preservar, desenvolver e melhorar a si mesma, uma nação, conseqüentemente, deve ser no momento o principal objetivo dos seus esforços (...)

No desenvolvimento econômico das nações, é necessário distinguir as seguintes fases: o estado selvagem, o estado pastoral, o estado agrícola, o estado agrícola e industrial e, finalmente, o estado agrícola, industrial e comercial. (...) Uma nação que valoriza muito sua independência e sua segurança deve fazer um vigoroso esforço a fim de passar o mais rápido possível de um estado de civilização inferior para um estado superior, unindo e aperfeiçoando, o mais rápido possível, suas próprias atividades agrícolas, industriais, comerciais e de navegação. (...) A elevação rápida de um povo agrícola à condição de povo agrícola, industrial e comercial só pode

ser alcançada sob a lei de livre-mercado, quando várias nações engajadas no momento no mercado industrial estarão no mesmo grau de progresso e civilização: quando não colocarão nenhum obstáculo no caminho do desenvolvimento econômico de cada uma delas, sem impedir o respectivo progresso com a guerra ou com uma legislação comercial adversa.

Mas algumas delas, favorecidas pelas circunstâncias, tendo deixado para trás outras nações na indústria, no comércio e na navegação e tendo percebido que esse estado avançado era o mais seguro de se adquirir e mantendo a supremacia política, adotaram e ainda mantêm uma política bem adaptada para fornecer-lhes o monopólio dos fabricantes, da indústria e do comércio e para impedir o progresso das nações menos desenvolvidas ou daquelas que se encontram em um grau inferior de cultura. (...) O progresso anterior de certas nações, a legislação comercial estrangeira e a guerra obrigaram países menos desenvolvidos a buscar meios especiais de efetuar sua transição da fase agrícola para a industrial e, por um sistema de obrigações, a manter seu comércio com nações mais desenvolvidas, tendo como objetivo o monopólio industrial. (...)

A experiência nos ensina, é verdade, que o vento leva consigo as sementes de um país para outro e que os locais desertos transformaram-se em florestas densas. Mas seria sensato que os proprietários de terras improdutivas esperassem que o vento executasse sua tarefa de plantação e transformação com o passar dos séculos? Seria tolice que eles forçassem a natureza plantando em suas terras não-cultivadas, sendo que poderiam atingir seu objetivo em alguns anos?

A doutrina de Adam Smith em relação ao comércio exterior nada mais é do que a continuação da doutrina dos fisiocratas. Ela desconsidera a nacionalidade, exclui quase toda a política e o governo, pressupõe a existência de paz permanente e associação universal, desvaloriza as vantagens da indústria manufatureira nacional e também os meios de conquistá-la: exige livre-comércio absoluto⁴.

List defendia o livre-comércio na Alemanha ao mesmo tempo em que advogava em favor de uma tarifa elevada contra a importação de bens manufaturados para proteger as indústrias domésticas recém-emergentes. Essa posição é agora comumente chamada de defesa de tarifas para as "indústrias em desenvolvimento". Ele se opunha a favorecer a agricultura, pois esse era um mercado antigo e completamente desenvolvido e porque a industrialização exigia alimento barato para a mão-de-obra e matérias-primas baratas. Além disso, o desenvolvimento das indústrias de larga escala decorrente da proteção expandiria o mercado local da agricultura. List censurava gravemente Adam Smith e os economistas clássicos por exigirem universalidade para suas doutrinas, que eram adequadas para a Inglaterra, mas impróprias para os países subdesenvolvidos. Foi dada uma forte ênfase ao que a história nos ensina e à importância do Estado. List popularizou a idéia de fases de crescimento econômico e instigou o governo a auxiliar ativamente um povo que desejava passar de uma fase inferior para uma fase superior, mesmo contra a concorrência de nações mais desenvolvidas. Somente depois que um país atingisse sua maturidade industrial é que ele poderia mudar para o livre-comércio.

List não reconheceu a noção de Smith sobre a harmonia entre os interesses do indivíduo e da sociedade, argumentando que os interesses particulares imediatos de certos membros da sociedade não levam necessariamente à prosperidade de todos. Um país pode sofrer, por exemplo, de falta de uma indústria manufatureira, mas algumas pessoas podem prosperar com a venda de produtos estrangeiros a consumidores locais. Uma pessoa pode enriquecer com extrema parcimônia

4. Friedrich List. *National system of political economy*. Filadélfia: Lippincott, 1856. p. 70-73, 181, 420.

11-1 ... O Passado como Preâmbulo

LIST E A TEORIA DO COMÉRCIO ESTRATÉGICO

Com exceção de Thomas Malthus, os economistas clássicos concordavam que o livre-comércio internacional poderia ser benéfico a um país. Smith e Ricardo reforçavam que a especialização e a troca permitem que um país reduza seu custo de oportunidade de obter os bens desejados.

Escrevendo em 1841, Friedrich List contestou esse auxílio ao livre-comércio da forma como ele se relaciona à industrialização, afirmando:

É verdade que, inicialmente, as tarifas protecionistas aumentam o preço dos bens manufaturados, mas também é verdade (...) que, com o passar do tempo, estando o país preparado para estabelecer uma força industrial completamente desenvolvida, esses bens são produzidos a preços mais baixos localmente do que o preço a que podem ser importados componentes estrangeiros. Se, portanto, o sacrifício do *valor* é resultado de tarifas protecionistas, isso se torna interessante pela obtenção de uma *força de produção*, que garante ao país não só uma quantidade infinitamente maior de bens materiais, mas também a independência industrial em caso de guerra. Com a independência industrial e com a prosperidade interna resultante, o país obtém os meios para realizar o comércio exterior com êxito e ampliar sua marinha mercantil; ele aumenta sua civilização, aperfeiçoa suas instituições internas e fortalece seu poder externo^a.

List aplicou seu argumento contra o livre-comércio a nações *menos desenvolvidas*, como a Alemanha, na década de 1840, quando ela tinha apenas pequenas indústrias. Mas, recentemente, uma variação desse argumento foi ouvida em nações industriais *desenvolvidas*. Defensores das políticas comerciais estratégicas argumentaram que as tarifas e as cotas de importação devem ser utilizadas de forma seletiva para reduzir o risco do desenvolvimento de produtos originados por empresas domésticas de alta tecnologia. Essa proteção comercial no mercado local garantirá que essas empresas cresçam rapidamente ali. O rápido

crescimento de vendas locais e a exportação a mercados estrangeiros não-protetidos permitirão que essas empresas domésticas alcancem economias de escala (custos médios mais baixos). As empresas domésticas protegidas, portanto, podem conseqüentemente recusar os altos custos dos produtores estrangeiros e dominar os mercados mundiais.

A dominação dos mercados mundiais vai permitir, assim, que as empresas locais protegidas tenham grandes lucros lá fora. Supostamente, esses grandes lucros irão mais que compensar qualquer sacrifício anterior resultante das tarifas seletivas. Seguindo a terminologia de List, os sacrifícios do *valor* são equilibrados pelos ganhos na *força de produção*. Além disso, a especialização das indústrias de alta tecnologia provavelmente vai se espalhar a outros mercados internos, aumentando, assim, as forças de produção em outras áreas da economia nacional.

Alguns observadores acreditam que o Japão e a Coreia do Sul utilizaram tarifas, cotas de importação e barreiras comerciais sem tarifas com êxito, como parte das políticas comerciais estratégicas nas décadas de 80 e 90. Entretanto, as políticas comerciais estratégicas desse tipo apresentam uma falha básica. As nações que se encontram em posição de desvantagem em relação a essas políticas invariavelmente revidam com suas próprias tarifas ou cotas de importação. Por exemplo, no final da década de 80, os Estados Unidos aprovaram uma lei permitindo tarifas retaliadoras contra os países que utilizavam práticas comerciais injustas.

Assim, com o passar do tempo, as políticas comerciais estratégicas provavelmente terão o efeito contrário ao desejado, porque sacrificam a produção mundial que poderia ter sido obtida através de especialização e comércio. A consequência final dessas políticas pode ser tarifas mundiais ainda mais altas, reduções do comércio mundial e queda da produção mundial.

a. Friedrich List. *National system of political economy*. Nova York: Kelley, 1966. [Originalmente publicado em 1841.]

nia, mas se toda a nação seguir o exemplo dessa pessoa, não haverá consumo nem suporte à indústria. A unidade nacional, que é resultado do desenvolvimento obtido no passado, é necessária ao indivíduo, cujos interesses deveriam estar subordinados à preservação dessa unidade.

List imaginava que a industrialização se desenvolveria somente na zona temperada, pois apenas esse clima promoveria os esforços intelectual e físico necessários. Os trópicos deveriam permanecer em uma base de livre-comércio e continuar a fornecer produtos tropicais em troca de produtos manufaturados. Ele via isso como a base real da divisão internacional da mão-de-obra e do comércio mundial. Um país da zona tórrida cometeria um erro fatal, ele disse, se tentasse se tornar um país industrializado. A natureza não o convidava a essa vocação. Os países tropicais, portanto, estariam fadados à dependência daqueles de zona temperada. Mas a concorrência entre as nações industrializadas ofereceria bens manufaturados a preços baixos e, também, impediria que qualquer outra nação tirasse vantagem, por meio de sua superioridade, das nações mais fracas da região tropical.

A prontidão militar, as guerras e as dívidas de guerra, afirmou List, podem, em certos casos, aumentar infinitamente as forças produtivas de uma nação. Ele apontou a Inglaterra como um exemplo. A guerra expandiu sua força produtiva de tal modo que os valores elevados recebidos anualmente — isto é, o aumento na produção — excederam em muito o lucro anual sobre suas grandes dívidas de guerra. Além disso, o gasto de dinheiro no abastecimento de suas tropas significou o envio de bens ao cenário da guerra, que arruinou indústrias estrangeiras e garantiu a supremacia industrial da Inglaterra.

WILHELM ROSCHER

Wilhelm Roscher (1817–1894) foi um dos fundadores da “antiga escola histórica”. Esse grupo queria completar a teoria clássica, enquanto a escola mais jovem desejava substituí-la por completo com estudos históricos e considerações políticas. Roscher tornou-se professor de economia política em Göttingen e depois em Leipzig. Sua obra *Economic science*, em cinco volumes, levou 40 anos para ser concluída (1854–1894) e foi amplamente utilizada nas escolas alemãs. O primeiro volume atingiu 13 edições em 1878, quando foi traduzido para o inglês como *Principles of political economy*. Embora repudiasse a economia clássica que aprendera em sua juventude, Roscher ainda confiava nessas idéias. Essa foi a base para a condenação dos antigos precursores pelas “escolas históricas mais novas”. Schmoller, por exemplo, sustentava que Roscher e seus associados haviam criticado a economia clássica e seus métodos eficazmente, mas quando ocorreu a reconstrução da economia, eles passaram para os métodos que haviam condenado anteriormente.

As idéias de Roscher sobre o papel do Estado e o método histórico são as seguintes:

Pela ciência da economia política ou nacional, entendemos a ciência que está relacionada às leis do desenvolvimento da economia de uma nação ou à sua vida econômica. (...) A vida nacional, como toda a vida, é um todo, cujos diferentes fenômenos estão intimamente ligados uns aos outros. Assim, para entender cientificamente uma de suas partes, é necessário conhecer todas as outras. Mas, especialmente, é necessário prestar atenção em uma destas sete partes: idioma, religião, arte, ciência, lei, Estado e economia. (...)

Se, pela economia pública de uma nação, entendemos a legislação econômica e as orientações ou tendências governamentais da economia de pessoas físicas, a ciência da economia pública se torna, no que se refere à sua forma, uma ramificação da ciência política, embora

seu conteúdo coincida sempre com o da economia política. (...) Igualmente óbvia é a íntima ligação entre política e economia política, no caso da ciência financeira ou da ciência da administração governamental, e não da administração dos negócios públicos. (...) Assim como os fisiologistas não podem entender a ação de um organismo humano sem conhecer sua cabeça, também não poderíamos compreender o conjunto orgânico da economia nacional, se deixássemos de lado o Estado, a maior de todas as economias, aquela que age ininterrupta e irresistivelmente sobre todas as outras (...)

A aplicação completa desse método (histórico) colocará de lado várias controvérsias acerca de importantes questões. Os homens estão longe de ser demônios, bem como de ser anjos. Conhecemos alguns que são guiados somente por motivações idealistas, mas conhecemos outros também que ouvem atentamente apenas a voz do egoísmo e que se interessam somente por si próprios. Podemos, então, assumir que nenhum ponto de vista atual sobre determinados interesses tangíveis intimamente relacionados ao homem e que tem sido compartilhado por grandes partidos e até mesmo por povos inteiros por gerações se baseia somente na ignorância ou na adoração perversa ao erro. O erro consiste mais frequentemente em aplicar medidas benéficas e necessárias sob certas circunstâncias a circunstâncias totalmente diferentes. E, aqui, um perfeito *insight* sobre as condições da medida é suficiente para compor as diferenças entre os dois partidos. Como as leis naturais da economia política são suficientemente conhecidas e reconhecidas, tudo o que se precisa, em qualquer instância, são estatísticas mais exatas e confiáveis sobre o fato envolvido, para reconciliar todas as controvérsias partidárias sobre questões políticas da economia pública, até o momento, pelo menos, uma vez que essas controvérsias surgem de uma diferença entre opiniões. Pode ser que a ciência nunca chegue a esse ponto, em consequência dos novos problemas surgidos e que exigem uma solução. Pode ser, também, que na maioria das controvérsias partidárias, os objetivos opostos dos partidos desempenhem um papel mais importante do que os pontos de vista adversos. Seja como for, em uma época tão agitada quanto a nossa, em que qualquer bom cidadão está compelido a filiar-se a um partido, é necessário que todo homem honesto procure, nesse universo de opiniões efêmeras, uma verdade científica, que seja universalmente reconhecida como verdadeira, assim como o são os princípios da física matemática pelos físicos [naturalistas?] das mais variadas escolas⁵.

Roscher acrescentou que o conhecimento adquirido pelo uso do método histórico deixa de lado os sentimentos de auto-suficiência e que as maiores civilizações não olham com desprezo as civilizações menores. As sociedades evoluem, continuamente, de formas imaturas para desenvolvidas, que podem ser consideradas as mais perfeitas. As sociedades maduras, no entanto, eventualmente entram em decadência e se enfraquecem.

Roscher mostrou sua afinidade com a teoria econômica, incluindo em sua obra *Principles of political economy* uma versão simplificada da teoria clássica inglesa sobre o preço. Em vez de menosprezar a teoria abstrata, ele procurou descobrir sua base histórica. Afirmou que o estudo de fatos e opiniões contemporâneos é um complemento essencial para o método dedutivo clássico.

GUSTAV SCHMOLLER

Gustav Schmoller (1838-1917), a figura líder da “escola histórica mais nova”, foi professor de ciência política em Halle, Estrasburgo e Berlim. Ele lecionou a muitas gerações de estudantes e

⁵ Wilhelm Roscher. *Principles of political economy*. Nova York: Holt. 1878. v. 1, n. 87-88, 91-92, 112-113.

funcionários administrativos e exerceu grande influência nos círculos acadêmicos e governamentais. Além do seu trabalho como professor, Schmoller foi membro ativo da Academia de Ciências e também da Câmara dos Lordes da Dieta Prussiana. Foi um dos fundadores e principal líder da *Verein für Sozialpolitik* (Associação de Política Social). Essa organização defendeu a legislação social e ajudou a promover a ideia de maior atividade pública nos assuntos sociais e econômicos.

A tarefa de reunir material efetivo histórico e descritivo, segundo Schmoller, deve ter prioridade sobre a teoria dedutiva, além de ser a mais importante. Ele e seus seguidores recriminavam o estudo separado de pequenos segmentos de fenômenos econômicos e a suposição de que tudo o mais permanecia inalterado. Eles sustentavam que a essência dos processos econômicos se perde quando fica isolada e fragmentada. Schmoller queria desenvolver a economia exclusivamente sobre as bases das monografias históricas. De fato, Schmoller era tão adverso aos economistas dedutivos que declarou publicamente que os membros da escola “abstrata” não eram qualificados para lecionar em uma universidade alemã.

O Methodenstreit

Schmoller envolveu-se em uma famosa controvérsia com Carl Menger, fundador da escola marginalista abstrata da Áustria, sobre qual análise é mais produtiva: a indutiva ou a dedutiva. Esse debate foi chamado de *Methodenstreit*, ou a “Batalha dos Métodos”. Em 1883, quando o método do historicismo estava em seu auge, Menger publicou um livro sobre metodologia que defendia a análise teórica e classificava a escola de Schmoller como meramente secundária em importância. Schmoller criticou o livro desfavoravelmente em seu *Jahrbuch*, e Menger respondeu em um inflamado panfleto intitulado *Errors of historicism*, em que escreveu:

Os historicistas pisaram no território de nossa ciência como conquistadores estrangeiros, a fim de impor seu idioma e seus costumes, sua terminologia e seus métodos e para disputar de forma intolerante cada parte da investigação que não corresponde a seu método especial⁶.

Quando recebeu uma cópia do panfleto de Menger para crítica em seu *Jahrbuch*, Schmoller publicou uma nota de que não poderia criticá-lo porque o tinha devolvido ao autor. Schmoller também imprimiu a carta insultuosa a Menger que ele incluiu no panfleto.

Essa controvérsia provocou ressentimentos e resultou em muitas publicações por ambos os lados. Por fim, o *Methodenstreit* pareceu se resolver na crença de que tanto o método indutivo quanto o dedutivo são importantes e que, em geral, um complementa o outro. Reafirmados, a coleta de informações e o estabelecimento de ferramentas analíticas com as quais as informações obtidas devem ser manipuladas são partes instrumentais de uma ciência econômica sólida.

A ênfase de Schmoller na pesquisa histórica repetiu-se em seu livro, *Political economy and its method*, em 1894.

As ciências históricas oferecem material e dados empíricos que transformam o estudioso de um sujeito simples em um homem rico, no que se refere à realidade. E é esse material histórico que, assim como a boa observação e a descrição, serve para ilustrar e checar as conclusões teóricas, para demonstrar as limitações da validade de certas verdades e, acima de tudo,

⁶ Keynes, op. cit., p. 324.

para obter indutivamente novas verdades. Isso se aplica, particularmente, aos campos mais complexos da economia política, em que é possível progredir apenas na base da investigação histórica. Por exemplo, as deduções puramente abstratas não têm nenhum valor no que se refere aos efeitos dos equipamentos sobre os salários e à influência da produção de metais preciosos sobre o valor do dinheiro. Isso se torna ainda mais verdadeiro em relação à evolução das instituições e teorias econômicas e ao problema do progresso econômico de um modo geral. (...) A tarefa de consultar a história pertence aos métodos mais adequados de Economia Política. O antagonista mais notável da escola clássica, [Carl] Menger, admite que as instituições econômicas mais importantes, como propriedade, moeda e crédito, possuem uma natureza individual e um lado histórico para sua existência; conseqüentemente, "aquele que conhece a essência desses fenômenos somente em uma fase de sua existência não os conhece por completo". Se isso é verdadeiro em relação à moeda e ao crédito, é ainda mais verdadeiro para a economia familiar, para a divisão do trabalho, para a formação das classes sociais, para diferentes formas de organizações comerciais, para o fenômeno do mercado e outras instituições comerciais, associações, liberdade de comércio local, padrões de vida rural e, enfim, para todos os padrões típicos e organizações específicas conhecidas como instituições econômicas, que depois de consolidadas pelas leis, tendem a dominar o processo econômico permanentemente ou durante séculos⁷.

Reforma social

Schmoller acreditava que os julgamentos de valores éticos devem ser encorajados. A justiça no sistema econômico precisa ser exercida por meio de uma política paternalista de reforma social patrocinada pelo Estado e por todos os grupos sociais. O princípio orientador da reforma social, afirmava, é uma distribuição de renda mais justa. A ciência social deve ser o guia para se atingir os objetivos da política social.

O que são as instituições econômicas senão um produto dos sentimentos e pensamentos humanos, das ações humanas, dos costumes e das leis humanas?

Se, na ordem econômica, pudemos reconhecer somente as regras de forças ocultas, de interesses egoístas, das massas naturais e de processos mecânicos, essa seria uma batalha constante, uma caótica anarquia. (...) Nenhuma harmonia existe por si só; impulsos egoístas combatem uns aos outros, as massas naturais tendem a destruir umas às outras, a ação mecânica das forças naturais interfere de uma forma implacável até os dias de hoje; a luta pela existência ainda hoje é a luta pela competição (...) Enquanto a luta e a rivalidade não cessarem, não manterão o mesmo caráter durante todo o curso da história. A luta que terminou em aniquilação, em subjugação, torna-se uma disputa pacífica, que é decidida por um árbitro. As formas de dependência tornam-se mais brandas e mais humanas. O governo classista torna-se mais moderado. Todas as lutas violentas, todas as declarações desmedidas de força superior podem ser punidas pela lei. A demanda e o abastecimento, quando se confrontam em sistemas diferentes de costumes e leis, apresentam resultados bem diferentes. (...)

Não existe pior ilusão do que a dos antigos economistas ingleses de que havia várias instituições econômicas simples e naturalmente legais que sempre foram do jeito que são e que

7. Contemporary Civilization Staff of Columbia College. *Introduction to contemporary civilization in the West: a source book*. v. 2. Nova York: Columbia University Press, 1946. p. 520-521. Copyright © 1946 Columbia University Press. Reprodução permitida.

sempre permanecerão assim, de que todo o progresso da civilização e da riqueza é meramente um progresso individual ou técnico, de que essa é uma simples questão de aumento de produção ou consumo que será alcançado com base nas mesmas instituições legais. Essa crença na estabilidade das instituições econômicas foi resultado da ingênua e arrogante confiança dos antigos economistas na onipotência do indivíduo e da vida individual. Assim, o socialismo talvez tenha superestimado a importância das instituições sociais. Os economistas históricos e a filosofia moderna da lei concederam-lhes a devida posição, mostrando-nos que a grande era do progresso econômico está ligada principalmente à reforma das instituições sociais⁸.

Schmoller acusou a antiga escola histórica de tentar aplicar as lições da história muito rapidamente. Ele exigia muito mais estudo histórico, a fim de estabelecer uma base empírica para a teoria econômica nacional. Apesar dos inúmeros estudos profundos sobre a história que ele e seus discípulos publicaram, eles também não conseguiram estabelecer uma teoria econômica, e sua principal contribuição está na área da economia histórica.

Protecionismo

No final de sua vida, Schmoller mudou seu ponto de vista sobre o protecionismo. Durante sua juventude, ele fora um ardente defensor do livre-comércio. Por volta de 1901, aprovou uma tarifa protecionista para a Alemanha e aclamou Alexander Hamilton e Friedrich List como seus mestres. Negou que a nova era do protecionismo surgira em virtude de os economistas e estadistas serem incapazes de entender os belos argumentos a favor do livre-comércio. Justificou tarifas com base no argumento de "indústrias em desenvolvimento" de List, mas foi mais além. Acreditava que as tarifas são armas internacionais que podem beneficiar um país se utilizadas com habilidade.

MAX WEBER

Max Weber (1864-1920) estabeleceu-se em profissão legal em Berlim. Após publicar diversos trabalhos escolares, tornou-se professor de economia política e sociologia em Freiburg e, posteriormente, em Heidelberg e Munique. Ele se considerava um intelectual descendente de Schmoller.

O protestantismo e a ascensão do capitalismo

Weber levantou uma intensa controvérsia, que persistiu por anos, em relação ao protestantismo e a ascensão do capitalismo. Ele rejeitava a idéia de Marx de que as doutrinas religiosas são meras manifestações ideológicas de condições econômicas materiais particulares. Para Weber, as idéias eram, no mínimo, entidades autônomas com o poder de influenciar mudanças sociais. O capitalismo lhe parecia mais um *resultado* do que uma *causa* da Reforma. Ele acreditava que a teologia calvinista em particular, com sua noção básica de que somente alguns são "eleitos" para a salvação, continha certos elementos excessivamente tendentes à atividade econômica individualista empreendida pelo lucro. Acerca do protestantismo, Weber escreveu:

A valorização religiosa do trabalho sistemático contínuo e inquieto em uma vocação terrena, como a forma mais elevada de contemplação e, ao mesmo tempo, a prova mais óbvia e evi-

8. Gustav Schmoller. *Idea of justice in political economy*. Filadélfia: American Academy of Political and Social Science. s. d. p. 22, 26-27, 37.

dente do renascimento e da fé genuína, deve ter sido a alavanca mais poderosamente conceitual para a expansão de tal atitude em relação à vida, que chamamos de natureza do capitalismo. Quando a limitação do consumo é combinada com essa liberação de atividade gananciosa, o inevitável resultado prático é óbvio: acúmulo de capital por meio de compulsão contemplativa por economizar. As limitações impostas ao consumo de bens serviram naturalmente para seu aumento, possibilitando o investimento produtivo de capital⁹.

Críticas à tese de Weber

R. H. Tawney e outros contestaram a análise de Weber¹⁰. A religião, obviamente, influenciou a perspectiva das pessoas sobre a sociedade, mas as mudanças econômicas e sociais também atuaram de forma poderosa sobre a religião. Segundo o argumento de alguns críticos, Weber enfatizou o primeiro ponto, mas referiu-se ao segundo apenas de passagem. Talvez a ascensão das empresas tenha induzido a classe média a deixar de lado o catolicismo, que condenava a usura, suspeitava dos motivos econômicos e não confiava nas riquezas particulares. Além disso, como a maior proprietária de terras feudais, a Igreja Católica procurava perpetuar algumas instituições feudais como o preço justo, a primogenitura, a herança inalienável e os bens alienáveis. Como a Reforma aplicou um duro golpe no autoritarismo, a Igreja Católica perdeu a forte influência da tradição na mente das pessoas. Como questionava idéias que, por muito tempo, foram dominantes, a Reforma fortaleceu a condição do racionalismo. Segundo Tawney, é fato que o calvinismo ofereceu nova santificação às atividades econômicas e ao acúmulo de riqueza, mas as mudanças econômicas, tais como as grandes descobertas geográficas e a expansão do comércio foram as principais responsáveis pela transformação da ética cristã a partir do século XVI. Tanto o calvinismo quanto a natureza do capitalismo, afirmava ele, foram produzidos pela profunda mudança na organização econômica e na estrutura social.

Diversos fatos históricos parecem sustentar a tese de Tawney. Primeiro, em oposição ao paradigma de Weber, as doutrinas protestantes de Lutero estavam cercadas por uma aura feudal; observe, por exemplo, a oposição de Lutero à usura, ao mesmo tempo em que o catolicismo adaptava-se ao novo mundo dos empreendimentos. As primeiras manifestações capitalistas foram notadas nas antigas cidades medievais de países católicos como a Itália e a França, antes da Reforma. A ameaça da Reforma aparentemente acelerou a adaptação do catolicismo. Segundo, uma motivação notavelmente poderosa a favor da revolta contra Roma, especialmente entre pessoas que não tinham nenhum interesse em negócios comerciais, era a perspectiva de despojar as organizações da Igreja de sua riqueza. Terceiro, os camponeses com queixas contra seus senhores feudais foram arrastados para o movimento protestante. E, finalmente, a ascensão do espírito nacionalista em muitos países entrou em conflito com o internacionalismo católico centralizado em Roma.

Nas complexas relações mútuas entre o protestantismo e a ascensão do capitalismo, é difícil distinguir causa e efeito. O protestantismo produziu o capitalismo, como argumentou Weber? Ou a ascensão do capitalismo produziu o protestantismo como um credo mais adequado às suas atividades comerciais, conforme alguns dos oponentes de Weber acreditavam? Ou há alguma verdade em ambas as posições? Ou não existe nenhuma verdade nelas?

9. Max Weber. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Londres: Allen and Unwin, 1930. p. 172.

10. Ver R. H. Tawney. *Religion and the rise of capitalism*. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1926.

UM PÓS-ESCRITO

Embora se possa dizer que a escola histórica alemã tenha terminado com a morte de Schmoller, sua metodologia e suas perspectivas permaneceram para além desse período, particularmente por meio de Werner Sombart (1863–1941). Sombart, um historiador econômico, questionou a tese de Weber de que o puritanismo tenha tido uma grande participação na formação da natureza capitalista dos empresários. Em vez disso, ele afirmava que “essas partes do dogma puritano, aparentemente de real importância para a formação da natureza capitalista, são herdadas das idéias da religião judaica”. Sombart afirmou que foi o judeu que deu ao capitalismo suas qualidades impessoais, racionais e materialistas. Mas o puritanismo ajudou a disciplinar os trabalhadores para o novo modo de vida. Para superar as grandes dificuldades de adaptar os trabalhadores às exigências técnicas e disciplinares do capitalismo, os trabalhadores tiveram de se inspirar no desejo de prosperar no mundo por meio das idéias capitalistas. O desejo de ganho, em vez de ser um traço inato da natureza humana, teve de ser deliberadamente inculcado para que o capitalismo pudesse florescer.

Sombart citou a defesa do Estado feita anteriormente por Lassalle:

Ferdinand Lassalle (...) representou a idéia do Estado em eloquentes palavras ao explicar: “O Estado é essa unidade de indivíduos em um conjunto moral, uma unidade que aumenta mil vezes a força de todos os indivíduos incluídos nessa associação. (...) O objetivo do Estado é, portanto, levar o ser humano a um desenvolvimento positivo e progressivo; em outras palavras, levar a determinação humana, isto é, a cultura da qual a raça humana é capaz, ao ser verdadeiro”¹¹.

O nacionalismo que os primeiros membros da escola histórica alemã promoveram atingiu seu auge com os escritos de Sombart. Em 1933, Sombart tornou-se um grande defensor da filosofia nazista. Ele acreditava que a Alemanha de Hitler era o novo e dinâmico sistema que superaria a decadência capitalista. Ele exaltou o racismo e o nacionalismo como alternativas bem-vindas à sociedade debilitada que havia sido derrotada.

Para nós, existe apenas um objetivo — a Alemanha. Graças à grandeza, à força e à glória da Alemanha, renunciaremos a cada “teoria” e a cada “princípio”, quer ele empenhe um selo liberal ou qualquer outro (...)”¹².

Perguntas para estudo e discussão

1. Identifique brevemente e estabeleça a importância de cada um dos seguintes pensadores e conceitos para a história do pensamento econômico: a Santa Aliança de 1815, List, o argumento da “indústria em desenvolvimento”, Roscher, Schmoller, *Methodenstreit*, Weber, ética protestante, R. H. Tawney, Sombart e socialistas de cadeia.
2. Consulte a lista dos principais dogmas da escola clássica no Capítulo 4 e indique quais desses princípios os economistas históricos rejeitariam. Explique por quê.
3. Do que tratava a maioria das pesquisas empíricas feitas por economistas “históricos” contemporâneos? É esse o tipo de pesquisa que os economistas históricos mais extremistas tinham em mente? Explique.

11. Sombart Werner. *A new social philosophy*. Princeton: Princeton University Press, 1937. p. 160.

12. Idem, ibidem, p. 152.

4. Discuta: "A perda a que uma nação está sujeita (tarifas e cotas de importação) é apenas de valores, mas esta nação ganha forças com as quais ela se prepara para continuar a produzir quantias de valor permanentemente inestimáveis. Essa perda de valor deveria ser considerada meramente como o preço pago para a educação industrial da nação" (Friedrich List, 1841).
5. Contraponha as idéias de David Hume sobre o desenvolvimento econômico (Capítulo 4) com as expressas por List.
6. Em que sentido as idéias das escolas históricas mais antigas e mais novas diferem entre si em relação aos economistas clássicos?
7. Cite as posições extremas no *Methodenstreit* (Batalha dos Métodos). De que forma os economistas eventualmente resolveram esse problema?
8. De acordo com Weber, qual é a ética do protestantismo e de que forma ela se relaciona com o crescimento do capitalismo? Avalie criticamente a teoria de Weber.
9. Cite os principais motivos pelos quais a escola histórica se expandiu principalmente na Alemanha, em oposição a outras áreas da Europa.

Leituras selecionadas

Livros

- BLAUG, Mark (ed.). *Gustave Schmoller and Werner Sombart*. Brookfield, VT: Edward Elgar, 1992.
- HIRST, Margaret E. *Life of Friedrich List and selections from his writings*. Londres: Smith, Elder, 1909.
- KEYNES, John Neville. *The scope and method of political economy*. 4. ed. Londres: Macmillan, 1917. p. 327. [Publicado originalmente em 1890.]
- LESSNOFF, Michar H. *The spirit of capitalism and the protestant ethic: an enquiry into the Weber thesis*. Aldershot, Inglaterra: Edward Elgar, 1994.
- LIST, Friedrich. *National system of political economy*. Tradução de G. A. Matile. Filadélfia: Lipincott, 1856. [Originalmente publicado em 1841.]
- ROSCHER, Wilhelm. *Principles of political economy*. Tradução de John J. Lalo. Nova York: Holt, 1878. 2 v. [Originalmente publicado em 1854.]
- SCHMOLLER, Gustav. *Idea of justice in political economy*. n. 113. Filadélfia: American Academy of Political and Social Science [s. d.]
- TAWNEY, R. H. *Religion and the rise of capitalism*. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1926.
- WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Tradução de Talcott Parsons. Londres: Allen and Unwin, 1930. [Originalmente publicado em 1904-1905.]
- WERNER, Sombart. *A new social philosophy*. Tradução de Karl F. Geizer. Princeton: Princeton University Press, 1937.

Artigos de revistas especializadas

- BOSTAPH, Sam. The methodological debate between Carl Menger and the German historians. *Atlantic Economic Journal*, n. 6, p. 3-16, setembro de 1978.
- DORFMAN, Joseph. The role of the German historical school in American economic thought. *American Economic Review*, n. 45, p. 17-18, maio de 1955.
- TRIBE, Keith. Friedrich List and the critique of 'cosmopolitan economy'. *Manchester School of Economic and Social Studies*, n. 56, p. 17-36, março de 1988.
- VEBLEN, Thorstein. Gustav Schmoller's economics. *Quarterly Journal of Economics*, n. 16, p. 69-93, novembro de 1901.